

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6369>



Das ruralidades ao ensino de ciências: Memórias sobre a Universidade Federal Rural de Pernambuco

Vânia Ferreira da Silva¹, Maria do Rocio Fontoura Teixeira²

^{1,2} Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Ciências. Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Rio Branco. Porto Alegre - RS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: vaniafdasilva@gmail.com

RESUMO. Apresenta a história da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o surgimento das Licenciaturas e do Departamento de Educação, bem como sua contribuição no ensino superior em Pernambuco e seu importante papel na construção do ensino agrícola no Brasil. Caracteriza-se como uma pesquisa do tipo qualitativa, configurando-se quanto aos fins como descritiva, quanto aos meios como um estudo bibliográfico, utilizando como técnicas a análise documental, a história oral e a entrevista semiestruturada com 3 professores, sendo um deles fundador do Departamento de Educação. As entrevistas foram transcritas e analisadas através da técnica da história oral. Na perspectiva dos relatos da época, foi possível identificar fatos importantes da história da UFRPE como o importante trabalho dos monges beneditinos, o trabalho do Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA) e o Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas (CFPTA) na formação de professores e a Licenciatura em Ensino Agrícola que dariam mais tarde origem ao Departamento de Educação, a *posteriori* a criação das Licenciaturas em Ciências com habilitações seguindo o modelo do sistema de ciência integrada. Através de todo esse percurso histórico, foi possível perceber o crescimento da UFRPE enquanto instituição superior de ensino, seu papel nas ações da educação do homem do campo e sua abertura para o diálogo com outros campos do saber, ao introduzir novos cursos.

Palavras-chave: Memória, Relatos Orais, Ensino Superior, Ensino de Ciências.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 5	e6369	10.20873/uft.rbec.e6369	2020	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	-------	-------------------------	------	-----------------



From rurality to science teaching: Memories about Universidade Federal Rural de Pernambuco

ABSTRACT. This work presents the history of Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) and the emergence of Teacher's Course Degree and the Department of Education, and their contribution to higher education in Pernambuco and Agriculture Teaching in Brazil. It is characterized as qualitative research, by configuring as descriptive purposes, through a bibliographic study that used techniques of documentary analysis, oral history, and a semi-structured interview. Three professors were interviewed, and one of them was the founder of the Department of Education. The interviews were transcribed and analyzed through oral history techniques. Based on reports perspective was possible to identify significant facts in University history as the essential Benedictines monks' work, the work of "Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola" (CRETA) and the "Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas" (CFPTA). Both centers were crucial for teacher formation and Agriculture Teaching Degree that later originated the Department of Education, and a posteriori created Science Degrees with the license, following the model of integrated Science system. This timeline enabled to perceive the growth of UFRPE as a Higher Education Institute, its role in acts of man field education, and opening for dialogue with other knowledge fields introducing new courses degree.

Keywords: Memory, Oral Reports, Higher Education, Science Teaching.

De las ruralidades a la enseñanza de ciencias: Memorias de La Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMEN. Presenta la historia de la Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) y el surgimiento de las Licenciaturas y del Departamento de Educación, como también su contribución en la enseñanza superior en Pernambuco y su importante papel en la construcción de la enseñanza agrícola en Brasil. Es una investigación del tipo cualitativo, que se establece con relación a los fines como descriptiva y a los medios como un estudio bibliográfico que hizo uso de técnicas como la análisis documental y la historia oral y también la entrevista semiestructurada con 3 profesores, uno de ellos el fundador del Departamento de Educación. Las entrevistas fueron transcritas y analizadas a través de la técnica de historia oral. En la perspectiva de los relatos de época, fue posible identificar hechos importantes de la historia de la UFRPE, como el importante trabajo de los monjes beneditinos, el trabajo del Centro Regional de Educación Técnico-Agrícola (CRETA) y el Centro de Formación y Entrenamiento de Profesores Agrícolas (CFPTA) en la formación de profesores y la Licenciatura en Enseñanza Agrícola que más adelante dio origen al Departamento de Educación, a posteriori la creación de las Licenciaturas en Ciencias con calificaciones que siguen el modelo del sistema de ciencia integrada. A través de todo este percurso histórico, fue posible percibir el crecimiento de la UFRPE como institución superior de enseñanza, su papel en las acciones para la educación del hombre del campo y su apertura para el diálogo con otros campos del saber, al introducir nuevos cursos.

Palabras clave: Memoria, Relatos Orales, Enseñanza Superior, Enseñanza de Ciencias.

Introdução

Contar fatos sobre uma época não vivida demanda muitos esforços de pesquisa. Para tanto, faz-se necessário ser leal às fontes históricas, mas, acima de tudo, aos personagens daquela época. É preciso ter olhos e ouvidos atentos para ouvir o outro e seu passado, debruçar-se sobre uma história contada através de diferentes olhares e perspectivas.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ao longo dos seus 107 anos, vivenciou muitas mudanças políticas, sociais, culturais e educacionais, que tiveram reflexo no seu projeto pedagógico e, sobretudo, nas vivências de suas personagens.

O que se pretende rememorar é como foram criados os cursos de Licenciaturas em Ensino de Ciências nas áreas de Química, Biologia e Física da UFRPE, bem como qual o foco dos cursos dentro de uma universidade tão preocupada com o desenvolvimento rural e que nasceu com um compromisso social tão ativo na agronomia de Pernambuco.

O objetivo desse artigo foi, através dos documentos, livros e entrevistas, apresentar breve panorama histórico da UFRPE no mundo das licenciaturas e sua contribuição ao ensino de ciências em Pernambuco e no cenário nacional.

Metodologia

A pesquisa é do tipo qualitativa, quanto aos fins, descritiva, e quanto aos meios ela se configura como um estudo bibliográfico que utilizou como técnicas a análise documental e história oral e como instrumento a entrevista semiestruturada.

Usou-se a metodologia qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa analisa experiências, vivências e ações (Minayo, 2012).

Para a coleta de dados, utilizou-se o estudo bibliográfico das fontes de informação que relatam a história da UFRPE onde foram coletados: 5 livros, 3 artigos e 1 folheto. E a técnica de análise documental para 1 resolução, 1 portaria e 1 relatório.

As entrevistas são um instrumento de pesquisa que nos permite ouvir e refletir sobre as memórias individuais e coletivas, nos permite ampliar as fontes de informação impressas e dar vozes às pessoas que vivenciaram aquela época. “Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens.” (Pollak, 1992).

As entrevistas foram realizadas com 2 docentes do primeiro curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE, posteriormente denominado Departamento de Educação da UFRPE. A escolha deu-se por estes terem sido

fundadores do curso e um dos primeiros coordenadores do curso de licenciatura em ciências. A primeira entrevista foi realizada no dia 16 de fevereiro de 2017 com o Professor Carlos Alberto Tavares, realizada no Núcleo do Conhecimento Prof. João Baptista e com a Professora Zelma Valença Lins Gondim, via telefone.

Em momento posterior, entrevistou-se também o Professor Carlos Alberto Tavares no dia 8 de junho de 2018, no Laboratório Santander da Biblioteca Central da UFRPE. Por último, foi realizada entrevista com o Professor Alexandre José Gonçalves de Medeiros no dia 03 de julho de 2018 na sala de convivência da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco. As entrevistas foram transcritas e analisadas através da técnica da história oral. Segundo Souza (1998, p. 27): “... os dados podem ser obtidos por meio de fontes vivas de informação: história de vida, biografia, depoimentos pessoais e entrevistas, etc.”. A técnica da história oral permite conhecer fatos vivenciados em um determinado momento histórico, as entrevistas da história oral são utilizadas como fonte para compreensão do passado junto a outros tipos de documentos da época.

A entrevista semiestruturada apresentou 4 questões ligadas à criação dos

Departamentos de Educação e das Licenciaturas do Ensino de Ciências da UFRPE (nas áreas de Matemática, Química, Biologia e Física), sobre as experiências vivenciadas pelos professores durante a criação do departamento e dos cursos, além das suas experiências em sala de aula.

Os beneditinos na escrita da história da UFRPE

A memória coletiva deve, em si, ser um construto social que permita a fala dos diferentes personagens nos mais diferentes grupos da sociedade. Dessa forma, as fontes coletadas para esse trabalho são compostas por autores que foram alunos, técnicos ou docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). “Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos”. (Pollak, 1992).

As Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária foram fundadas e dirigidas pelos monges beneditinos no período de 1912 a 1936. A pedra fundamental das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária foi lançada no dia 3 de novembro de 1912 iniciando, assim, a história da

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O período beneditino configurou-se um período histórico de grande relevância para o desenvolvimento das ciências agrárias em Pernambuco (Leão, 2013).

No ano de 1917, as escolas foram desmembradas, tendo a Escola Superior de Agricultura mudado para o Engenho São Bento, em Tapera, por conta da necessidade de espaço para as aulas práticas. A escola de Veterinária permaneceu em Olinda, vindo a encerrar suas atividades em 1926 (Maciel, 2012).

As Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária tinham uma vida acadêmica muito movimentada e produtiva. Havia um periódico para publicações dos alunos e professores, além de diversas atividades e projetos. O que vale ressaltar, diante de todo esse agito intelectual, era a preocupação das Escolas com a educação formal dos trabalhadores rurais (Silva, 2010).

Percebe-se, então, que, desde sua origem, houve uma preocupação dos monges beneditinos, gestores daquelas Escolas (hoje UFRPE) com uma educação humanística, voltada para o social. Os corpos docente, discente e técnico das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária tinham um compromisso social com a comunidade

rural. Embora as Escolas Superiores tenham se instalado num período no qual os discursos republicanos voltavam suas atividades para o desenvolvimento tecnológico e o ensino agrícola era destinado a atender as necessidades nacionais, os monges beneditinos e alunos das Escolas fizeram a diferença no ensino em Pernambuco através do Centro Acadêmico das Faculdades de Agricultura e Medicina Veterinária e da Escola Noturna *D. Pedro Roeser, destinada à instrução dos filhos dos trabalhadores rurais* (Silva, 2010).

Consoante Silva (2010), tanto os administradores quanto os alunos e técnicos das Escolas Superiores tinham um comprometimento com a execução das atividades. A autora destacou: “...pautava-se em elaboração e execução de projetos, dos quais a educação formal de trabalhadores rurais, ensinando-lhes, principalmente, conhecimentos agropecuários com embasamento teórico e prático...”. (Silva, 2010, p. 262). Ainda, observou que “esse compromisso profissional era despertado cotidianamente nos acadêmicos pelos administradores das referidas Escolas”. (Silva, 2010, p. 262). Os monges beneditinos, vindos da Alemanha, não possuíam formação superior, mas tinham notório saber. De acordo com Almeida (1998), os monges

eram filhos de camponeses alemães, tinham conhecimento da prática e apresentavam-se ricos em cultura, já que alguns dominavam línguas como francês e inglês, conhecimento de história e botânica, como D. Bento Pickel (Almeida, 1998).

Silva (2010, p. 262) diz que: “Naquele contexto de grandes conflitos sociais, jovens e trabalhadores rurais politizados, conscientes de seus deveres, principalmente seus direitos, não era um fato interessante para os donos do poder.” Devido a algumas práticas do cotidiano das escolas, como a concessão de asilo aos estrangeiros de guerra e esse compromisso com a educação formal dos trabalhadores rurais, as relações entre a Ordem Beneditina, o Estado e Lideranças políticas ficaram abaladas.

Em 1937, houve a desapropriação da Escola Superior de Agricultura São Bento pelo governo de Pernambuco. Almeida (1998) relata que os professores beneditinos foram escorraçados, sob a alegação de não possuírem diplomas de graduação para as disciplinas que ministravam. Depois de algumas turmas formadas, e tantos projetos sociais e pedagógicos voltados para o trabalhador rural, é um tanto contraditório ou sem fundamento destruir um projeto educacional que dava certo.

Silva (2010, p. 269), relatando alguns projetos dos monges beneditinos, como o Centro Acadêmico das Faculdades de Agricultura e Medicina Veterinária, evidenciou que: “*Sob esses aspectos, o Centro Acadêmico incorporou projetos que objetivavam dar visibilidade e credibilidade ao novo perfil do trabalhador rural*”. O projeto pedagógico dos monges beneditinos não agradou aos interesses políticos da época.

Nesse sentido, o modelo positivista voltado à educação da elite, divergiu bastante do modelo dos monges beneditinos que tinha uma preocupação com a educação formal dos trabalhadores rurais, oferecendo aos mesmos algo precioso, como o conhecimento, que podia libertá-los de qualquer forma de dominação política. “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para servidão dos homens”. (Le Goff, 2003, p. 471).

De estadual para federal: novos olhares e estruturas

Em dezembro de 1936, o governo do Estado de Pernambuco desapropriou a Escola Superior de Agricultura São Bento como bem de utilidade pública, em atendimento à Lei nº 243 do Congresso Estadual e ao Ato nº 1802 do Poder Executivo. Com a despedida dos monges beneditinos encerrou-se o denominado

Período Beneditino, que perdurou de 1912 a 1936.

Instaurou-se o período da estatização, que compreende os anos de 1936 a 1956. A Escola passou a ser conhecida como Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP), ainda localizada em São Bento. Só em 1938, a ESAP foi transferida para o bairro de Dois Irmãos, no Recife, para o prédio que estava sendo construído para servir de reformatório para menores. Com a necessidade da instalação da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, em Recife, o prédio foi reformado para atender às necessidades da Escola (Martins & Leitão, 2009).

Ainda no ano de 1938, foram anexados à ESAP o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Granja de Dois Irmãos e o Jardim Botânico, integrando, assim, mais centros de pesquisa para Escola.

Em 1947, a ESAP ganhou a condição de Universidade e passou a ser conhecida como Universidade Rural de Pernambuco (URP) (Martins & Leitão, 2009). Além do status, incorporou as Escolas Superiores de Agricultura, Medicina Veterinária, a Escola Agrotécnica de São Lourenço da Mata e o Curso de Magistério de Economia Doméstica (Martins & Leitão, 2009).

A Universidade Rural de Pernambuco (URP) passou a integrar o

Sistema Agrícola Superior do Ministério da Agricultura, através da Lei nº. 2.524, de 04 de julho de 1955, combinada com a Lei nº. 2.290, de 13 de outubro de 1956.

No dia 19 de maio de 1967, com o Decreto Federal nº 60.731, a Instituição passou a se denominar Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (Martins & Leitão, 2009). Começou uma nova fase, com desafios e lutas para manter viva a memória dessa instituição, dotada de uma representação histórica fundamental no desenvolvimento da agronomia e medicina veterinária, em Pernambuco.

O CRETA e o cenário pernambucano

O ano de 1965 foi marcado pela criação do Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA), surgido de um convênio entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Ministério da Agricultura e a Universidade Rural de Pernambuco (URP). “O CRETA foi a primeira iniciativa de formação de pessoal docente no Nordeste”. (Andrade, Miranda & Silva, 2015, p. 22).

Referido centro foi criado num momento de grandes tensões sociais em Pernambuco. Desde 1950, a mobilização dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesasi destacou-se na imprensa

nacional e internacional (Andrade, Miranda & Silva, 2015).

O reflexo da luta dos trabalhadores rurais adentrou nas escolas técnicas agrícolas. Algumas escolas, como afirmam Andrade, Miranda e Silva (2015, p. 28): "... reverberavam esse clima de mobilização e conflitos políticos". Outro importante momento histórico para entender o contexto da criação do CRETA foi o então Governo de Miguel Arraes, seu apoio, criação de sindicatos, associações e ligas camponesas, além do forte Movimento de Cultura Popular, assumido por Paulo Freire, em 1960 (Coelho, 2002).

Foi nesse contexto da história de Pernambuco que o CRETA foi criado. É difícil acreditar que essas efervescências sociais, educacionais e políticas também não agregaram um diferente olhar para o projeto pedagógico do CRETA.

Em 1970, novos ares tomam a então Universidade Federal Rural de Pernambuco, no reitorado do Prof. Adieron Erasmo de Azevedo (1969-1973). Através da Resolução nº 12-70, do Conselho de Ensino e Pesquisa, foram criados os cursos de graduação em Zootecnia, Engenharia de Pesca, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Domésticas, Licenciatura em Estudos Sociais e Licenciatura em Ciências Agrícolas.

O CRETA ficou responsável pelo primeiro curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, oferecendo disciplinas nas áreas de Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, Técnica de Comunicação Audiovisual no Ensino. Além dessas disciplinas, o aluno deveria cursar o estágio supervisionado para prática do ensino (Andrade, Miranda & Silva, 2015). Entre outras atividades do CRETA, estavam os encontros de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste. Nesses eventos, era possível discutir e refletir sobre as práticas escolares rurais desenvolvidas.

Em 1971, o Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas foi criado para assumir as funções do CRETA. Nesse momento, a UFRPE passou a assumir sozinha a responsabilidade pela continuidade do projeto de formação e aperfeiçoamento de professores para o ensino agrícola de 1º e 2º graus (Andrade, Miranda & Silva, 2015).

A UFRPE: seus novos tempos e desafios

A primeira turma do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas surgiu na Universidade Federal Rural de Pernambuco no ano de 1971. Tal curso foi oferecido em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste - SUDENE, com o objetivo de habilitar professores agrícolas em exercício. Desde sua criação, o curso demonstrou grande foco no diálogo da formação pedagógica com a técnica.

A grade curricular, desde o início fundamentada na Portaria BSB 432, de 19 de julho de 1971, do Ministério da Educação, com base no Parecer nº 111/71, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu normas para a formação dos professores de escolas técnicas. A presente portaria previa que os currículos dos cursos de licenciaturas eram divididos em dois esquemas: o esquema I, voltado para portadores de diplomas que pretendiam obter outra habilitação e para tal deveriam sujeitar-se à complementação pedagógica de 600 horas; e o esquema II, para portadores de diplomas de técnico de nível médio nas áreas correlatas e pretendiam obter o nível superior.

O projeto pedagógico do referido curso foi criado por uma equipe multidisciplinar, composta por docentes das áreas de Educação e de Ciências Humanas. Suas disciplinas foram direcionadas para o aperfeiçoamento e ensino, dentre elas, destacam-se: Estrutura e funcionamento do ensino, Princípios da didática e Metodologia, Psicologia Educacional, Sociologia, entre outras.

Sabe-se que, nas décadas de 60 e 70, existia um foco técnico na formação dos professores do ensino agrícola, pois havia uma demanda do mercado para profissionais que trabalhassem na mecanização da agricultura (Moraes, 2014). Nessa época, o professor era visto como um instrumentalizador dos saberes técnicos para aplicação.

Em julho de 1969, o professor Carlos Alberto Tavares, ao iniciar o *Estudo Comparativo entre a Aspiração Profissional do aluno do Colégio Agrícola e sua Ocupação Real*, defendeu a necessidade de mudança do currículo para técnicos agrícolas levando em consideração, além da formação técnica para o mercado de trabalho, a necessidade de introduzir também nesses cursos “Princípios de Liderança, Comunicações e Relações Humanas, importantes para a profissão do técnico agrícola” (Tavares, 1971). Posteriormente, em 1971, o professor Carlos Alberto Tavares ratificou esse pensamento, em documento apresentado ao Conselho Universitário da UFRPE.

Embora, a formação tecnicista fosse uma realidade da época, em 1971 a UFRPE já demonstrava preocupação com uma formação que não fosse tão-somente tecnicista para suprir necessidades da mecanização agrícola da época. A mesma

já buscava formar esse futuro professor licenciado como um educador que tivesse um diálogo com a comunidade na qual estava inserido.

Alguns autores, como Moraes (2014) e Souza et al. (2010) apontam em seus trabalhos o tecnicismo dos professores do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. A mudança de paradigma para um professor que abriria seus horizontes para uma formação humanística, ética, social e ambientalista só ocorreu no final da década de 80.

A Licenciatura em Ciências Agrícolas

As entrevistas e a análise documental proporcionaram uma visão de que, desde o início, havia o diálogo entre a formação técnica e pedagógica no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na UFRPE. As entrevistas, realizadas no dia 16 de fevereiro de 2017, tiveram como convidados o primeiro Coordenador do Curso de Licenciatura Agrícola da UFRPE, Professor Carlos Alberto Tavares, PhD em Educação e a Professora Zelma Valença Lins Gondim, Mestra em Educação (que integrou o corpo docente do referido curso desde 1973 até a década de 1990, quando de sua aposentadoria)

Para o Professor Carlos Alberto, em transcrição da sua entrevista, a formação pedagógica proporcionou o

desenvolvimento de um perfil profissional diferenciado para os discentes, ao relatar que:

Penso eu que o maior valor, talvez não tenha nada diretamente com o currículo. Mas o maior valor do curso de licenciatura, essa oportunidade é que uma pessoa que estuda educação tendo uma formação tecnicista, ele aumenta muito sua competência profissional, porque ele entra no campo do comportamento humano. (Tavares, comunicação pessoal, 16 de fevereiro de 2017).

Percebe-se que havia uma dedicação às áreas tecnicistas, para atender aos ideais da época, mas havia também uma sensibilização quanto à formação pedagógica desses alunos.

Foi necessário um esforço maior dos próprios docentes da época, no que diz respeito a ampliar os horizontes do aluno tecnicista para que estes fossem motivados a estudar disciplinas da pedagogia e compreender a importância destas para sua futura profissão. O Professor Carlos Alberto, na entrevista, externou:

Quando eles (Técnicos) estudam psicologia, sociologia e educação didática, eles conseguem incorporar os conhecimentos de educação na profissão tecnicista, então aumenta o raio de ação de perfeição sobre a realidade do mundo. Porque através da educação pelo teor da pedagogia, digamos assim, que as pessoas compreendem melhor e melhoram o perfil profissional. (Tavares, comunicação pessoal, 16 de fevereiro de 2017).

Por sua vez, em entrevista concedida às 14h30 do dia 16 de fevereiro de 2017, a Professora Zelma Valença rememorou a importância do diálogo entre as duas formações, explicando que, em sua disciplina - Princípios de Didática e Metodologia -, utilizava como atividade prática em sala de aula a gravação das aulas ministradas pelos alunos para posterior análise do desempenho dos mesmos ao utilizarem a didática em sala de aula.

O princípio dessa atividade era abrir a discussão em sala sobre métodos de ensino, assim como tornar esses alunos seres reflexivos de sua futura atuação profissional. Ainda relatando a memória da época, a Professora Zelma Valença recordou que o foco era a aprendizagem, e que o *feedback* do aluno era importante para criar um ambiente propício à discussão e reflexão da formação pedagógica e técnica em sala de aula. (Gondim, comunicação pessoal, 16 de fevereiro de 2017).

A Professora Zelma Valença relatou que o curso da UFRPE era dividido em dois Esquemas:

O Esquema 1 tinha como foco a formação pedagógica de profissionais formados nas áreas de veterinária, agronomia e outros cursos das Ciências Agrárias e recebia alunos de todo país, visando a conquistar uma formação pedagógica para atuação na área de educação. Já o Esquema 2 era destinado aos alunos oriundos de Escolas Técnicas que ingressavam no Curso através de vestibular. Esse segundo esquema tinha uma grade

curricular mais ampla por atender à formação completa da licenciatura. (Gondim, comunicação pessoal, 16 de fevereiro de 2017).

O Departamento de Educação da UFRPE

O Departamento de Educação da UFRPE surgiu em 1975. Devido às reformas do ensino superior implementadas pela ditadura militar, a estrutura organizacional da UFRPE foi reformulada, as cátedras foram substituídas por departamentos e uma nova história emergiu, trazendo consigo investimentos voltados para a educação superior, mas também muita dor, luta e resistência.

No livro *Ded/UFRPE 50 anos: histórias e memórias*, de 2015, os autores de cada capítulo relataram um pouco sobre o turbulento momento histórico do Brasil, assim como sobre a criação do departamento nesse contexto. A obra evidenciou a respeito do importante momento cultural que o Nordeste vivenciava nas décadas de 60 e 70, como também do importante papel das ligas camponesas, do período de Miguel Arraesii na prefeitura do Recife, capital de Pernambuco e de sua importante atuação na educação e no apoio aos grupos, sindicatos e associações.

Os pensamentos de Paulo Freire, o Teatro Popular, o Movimento de Cultura Popular, havia, enfim, uma efervescência

social e cultural, um povo ampliando os horizontes rumo à construção de sua identidade como um povo (Lima, 2015). Através desses movimentos é criado o ensino Municipal na gestão de Miguel Arraes, uma proposta pedagógica é lançada que tem como foco a democratização da educação, da cultura e da cidadania popular. O Brasil, às margens de uma ditadura que traria com ela várias formas de repressão e proibições, enquanto em Pernambuco explodia uma pedagogia libertadora, que gritava ao mundo o orgulho à sua regionalidade e ao direito a uma educação voltada para as camadas populares, que fazia o povo pensar e reconhecer sua cidadania.

Foi esse contexto que o CRETA (posterior CPFTA), primeiro curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, que deu origem ao Departamento de Educação da UFRPE.

A obra dos 50 anos do Departamento de Educação ainda relata fatos importantes sobre esse período sombrio da história do Brasil, como o ideal militar para a Educação superior, que buscava o compromisso com uma formação voltada para o mercado de trabalho e para a produção de novas tecnologias que tirassem o país do atraso (Andrade, Miranda & Silva, 2015).

Em meio à dureza de uma época, Lima (2015) narra o importante papel dos professores Carlos Alberto Tavares, José Edson Silva, Aldeise Salles, Luiz Góes Vieira, Madalena Silva, Paulo e Emmanoel Barreto Campelo, Merval Rosas, Eurides Simões, Maria de Lourdes Pepeu, Zelma Valença, Miriam Castelo Branco, Terezinha Fonseca, José Claudio, entre outros que, juntos, construíram o Departamento de Educação da UFRPE e dele fizeram uma referência no ensino agrícola no Brasil.

Um dos fundadores do departamento de Educação foi o Prof. Carlos Alberto Tavares, Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura da UFRPE (1966) e Pós-Graduação na Universidade de Minnesota – Mestrado em Educação Agrícola (1968) e na Universidade Estadual de Kansas – Doutorado (Ph.D) em Educação Ocupacional (1974), EUA. Ele foi uma figura muito ativa no ensino agrícola na UFRPE, das atividades do CFPTA e na posterior construção do Departamento de Educação.

Em entrevista ao **Projeto Vozes da UFRPE**, coordenado pela bibliotecária Conceição Martins, do Núcleo do Conhecimento Prof. João Baptista Oliveira dos Santos, da Biblioteca Central da UFRPE, o Prof. Carlos Alberto Tavares

discorreu sobre a criação do departamento e a interdisciplinaridade do corpo docente.

Mas o departamento mesmo foi criado mesmo em 1975, porque houve uma reforma universitária. A única universidade junto com a Universidade de São Paulo, me fogue agora o nome, foram duas universidades no Brasil que adotaram o sistema Reitoria/departamentos, então aqui foram 12 departamentos, Educação foi um deles que foi derivado do antigo CFPTA era um centro de convênios com a SUDENE tudo isso, ele se tornou genuíno dentro da estrutura da Universidade a partir de 1975. Então houve um corpo docente, alguns que estavam vinculados ao DLCHA, Departamento de Letras e Ciências Humanas foram vinculados ao departamento, a parte também de extensão rural, aquela ali que era do curso de agronomia voltou para dentro de departamento, tornou-se um departamento *sui generis*. O nosso departamento é *sui generis* no Brasil, não existe um departamento de educação, salvo o melhor juízo no Brasil, que tenha extensionista rural dentro do departamento. (Tavares, 2015).

Esse diálogo com a extensão rural, com uma formação voltada para as ciências agrárias, para o mundo do trabalhador rural, sua educação e sua formação cidadã fez do Departamento de Educação da UFRPE um referencial no ensino em Pernambuco e no Brasil. Segundo Araújo (2015, p.11):

O Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é um departamento forte, corajoso, plural e

dotado de rica capilaridade. É forte e corajoso por lutar por uma educação pública e de qualidade desde sua criação em 1965, quando a sua missão primeira era formar educadores, como Centro de Formação.

Vale ressaltar que para o Departamento de Educação da UFRPE, sua data de criação iniciou-se com os trabalhos do CRETA em 1965. Pois, justifica-se que mesmo sem a nomenclatura de Departamento, as atividades de ensino relacionadas à formação de professores já eram desenvolvidas desde então, e havia um reconhecimento notório sobre essa educação de qualidade na formação dos professores e desse corpo docente da área de Educação.

Esse percurso histórico buscou trazer a memória do ensino na UFRPE desde seus primórdios, perpassando pela primeira Licenciatura em Ciências Agrícolas que foi um marco importante para a universidade, assim como a criação do Departamento de Educação originado das ações do CRETA e CFPTA. Depois desse período, houve a necessidade de a UFRPE ampliar seus horizontes e dialogar com outros saberes, surgindo nessa época as Licenciaturas em Ensino de Ciências.

O ensino de Ciências na UFRPE

As Licenciaturas em Ciências da UFRPE surgiram das reformas estruturais

da década de 70, do século passado, no ensino superior e da necessidade de expansão e criação de novos cursos. O Prof. Alexandre José Gonçalves de Medeiros, que lecionou na UFRPE dos anos de 1979 a 2015, em entrevista no dia 3 de julho de 2018, ressaltou um pouco da história da criação do curso, a seguir destacado:

...não sei lhe precisar a data, alguém requereu a ideia, um político requereu a ideia de agregar todo o acervo da Universidade, dos professores e tudo para Universidade Federal. Isso, alguém que descobriu que existia uma lei, já antiga que dizia que não pode haver duas Universidades Federais com sede na mesma cidade e acontecia a Universidade Federal de Pernambuco e a Rural, tinha duas federais e queriam que ela fosse agregada à Federal [UFPE]. Então por questões de interesses pessoais essa ideia foi bloqueada. Bem, depois contornada a situação disseram assim: Mas a Universidade Rural só tinha na época o curso de Agronomia e o curso de Veterinária, como é que uma Universidade, “UNIVERSIDADE” pode ser Universidade se só tem dois cursos? Então deram um prazo para se você quer continuar existindo como Universidade tem que ter mais alguns cursos, cria aí ou vai ser encapada pela Federal. (Medeiros, comunicação pessoal, 03 de julho de 2018).

Esse fato aconteceu no reitorado do Prof. Aderson Erasmo de Azevedo, compreendido nos anos de 1969 a 1973. Em 1970ⁱⁱⁱ, O Prof. Aderson Azevedo propôs a criação de 11 novos cursos,

responsáveis por abrir novos horizontes para a UFRPE e sanariam o problema de incorporação com a UFPE.

E dessa fase de desenvolvimento que seguia a UFRPE surgiram novos cursos como afirma Leão (2013, p.24): “Em meados de 1976 eram instalados os cursos de Engenharia Florestal e Licenciatura em Ciências, com suas habilitações em Física, Química, Matemática e Biologia”. O Prof. Alexandre Medeiros relatou:

Então criaram uma coisa baseada num discurso muito político de interdisciplinaridade etc. e tal. Criaram uma coisa chamada Curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Física, habilitação em Química, habilitação em Matemática e habilitação em Biologia, era um monstro. Isso é o que eu peguei, quando cheguei aqui, esse curso existia e eu me deparei com uma profunda insatisfação dos alunos. A insatisfação decorreu do seguinte, um aluno que queria ia fazer biologia, ele ia entrar no curso nos dois primeiros anos fazer o curso praticamente igual ao de todo mundo, então ele quase não tinha biologia, então em determinado momento ele tinha disciplinas como Física Moderna, para o aluno que queria fazer Física ele tinha disciplina como histologia, um contrassenso. Então o aluno de Física, ele queria fazer Física ele terminava estudando além das físicas gerais, três ou quatro disciplinas de formação mesmo e um monte de disciplina de Biologia, de Química que não ia contemplar a formação dele. (Medeiros, comunicação pessoal, 03 de julho de 2018).

Esse tipo de Licenciatura em Ciências com habilitações era uma

realidade presente em muitas universidades brasileiras, o denominado sistema de Ciência Integrada. Segundo Hamburger (1980, p. 83):

Inicialmente discutiu-se a proposta de ensino de "ciência integrada", segundo a qual, o mesmo professor - polivalente - lecionaria Física, Química, Matemática e Biologia, buscando dar-lhes uma unidade a partir de ênfase no estudo do "método científico" em detrimento do destaque dos conteúdos e métodos específicos daquelas ciências.

Prof. Alexandre Medeiros, em sua entrevista dia 3 de julho de 2018, relatou a indignação com esse sistema da Ciência Integrada que revoltava diversos professores e pesquisadores no Brasil e proporcionava um grande clima de insatisfação dos alunos.

...curso não levava a nada e isso já estava sendo combatido, isso foi introduzido também em outras Universidades, por motivos semelhantes e as associações profissionais, como por exemplo a Sociedade Brasileira de Física já tinha tirado um documento discutido em Congresso que era contra esse tipo de coisa, essa chamada Resolução 30. Não era somente uma atitude nossa ser contra esse sistema da Ciência Integrada, era um curso de Ciência Integrada, era uma fantasia que não existe e tinha que se criar curso de verdade. (Medeiros, comunicação pessoal, 03 de julho de 2018).

No Resumo das Discussões do "Encontro - Licenciatura em Física"

patrocinado pela Sociedade Brasileira de Física, realizado em Fortaleza em 18 de julho de 1979, durante a 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência há o registro do qual conflitante essa Resolução de 30 foi para professores, pesquisadores e alunos.

Assim como na UFRPE onde os alunos mostravam sua insatisfação quando ao presente sistema, outras Universidades seguiam protestando e reivindicando a mudança desse tipo de licenciatura curta.

A implantação da Resolução de 30 foi tentada em várias Universidade oficiais e em grande número de escolas de rede particular. Nas grandes Universidades onde há tradição de formação de professores de bom nível a implantação não vingou. Foi citado o exemplo da Universidade Federal de São Carlos onde foi inicialmente implantada a licenciatura curta que, por pressão dos alunos se transformou em licenciatura plena e hoje se aproxima do bacharelado. (Hamburger, 1980, p. 85).

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, é através da força dos alunos e do Prof. Alexandre Medeiros, à frente da Coordenação do curso de Licenciatura em Ciências que a mudança para Licenciatura plena acontece e traz grandes debates e discussões acerca da relevância dessa mudança.

Bem, eu fui candidato e ganhei a eleição e tentei passar essa reforma. A Reforma passou porque eu tive

grande apoio dos estudantes, que eram os principais interessados na história e de alguns professores que tinha essa compreensão que nós estamos aqui para prestar um serviço à sociedade e não para resolver um problema meu, seu e de outros colegas aqui. Passou, demorou aproximadamente uns dois anos a tramitação aqui, com vários debates, depois finalmente chegou o debate com os departamentos, chegou finalmente o debate no CERPE e se passou, eu ganhei muito inimigos nesse percurso. (Medeiros, comunicação pessoal, 03 de julho de 2018).

A Resolução nº 131/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 27 de setembro de 1988 trouxe algumas mudanças para as Licenciaturas em Ciências da UFRPE.

Aprova o desmembramento do Curso de Licenciatura em Ciências (Habilitações em Física, Química, Matemática e Biologia), nas Licenciaturas Plenas em Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas; aprova ainda o currículo pleno desses cursos e dá outras providências.

O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas esclareceu bem esse período e a transformação do curso de licenciatura com habilitações para licenciatura plena.

A partir de 1977, foi criado o Curso de Licenciatura em Ciências da Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Departamento de Biologia tornou-se responsável pela habilitação em Biologia. Em 1989, após profundas mudanças na

estrutura curricular foi implantado o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno). Desde então, os professores do departamento vêm se mobilizando para a melhoria da formação de futuros professores de biologia para atuarem no ensino fundamental e médio. (UFRPE, 2006, p. 17).

A resolução nº 131/88 adotou, enquanto providência, o funcionamento dos cursos de licenciatura no período noturno: “A partir do primeiro semestre letivo de 1989, as aulas dos cursos de Licenciatura em Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas terão início às 18h30 e término às 21h45”.

Para Terribili Filho e Nery (2009, p.72) “predomínio do período noturno no ensino superior (61,7% do total de matrículas) é reflexo da situação econômica vivenciada pelo país das últimas décadas, pois permite mais facilmente que o estudante exerça uma atividade profissional remunerada”.

Atualmente, na estrutura organizacional da UFRPE, cada licenciatura tem seu próprio departamento e seu objetivo para formação do licenciado.

Considerações finais

Através dos documentos e relatos, foi possível visualizar o panorama histórico da UFRPE. As atividades e ações desde o período Beneditino (como a escola noturna para educação dos trabalhadores rurais),

passando pelas atividades do CRETA e CFPTA nas ações de formação do ensino agrícola em Pernambuco, mostraram – e ainda mostram - a preocupação da instituição com a educação e desenvolvimento do Estado. Entendendo essa educação não só no âmbito do Ensino superior, mas essa educação voltada para o homem do campo, para ações formativas de valorização do papel do agricultor e da agricultura em Pernambuco.

A criação da Licenciatura em Ciências Agrícolas e do Departamento de Educação apresentam uma perspectiva diferenciada desses curso e departamento no que diz respeito ao diálogo entre a formação técnica e pedagógica. Havia uma preocupação na formação desses licenciados para que pudessem desenvolver habilidades e práticas pedagógicas para atuarem junto às escolas técnicas agrícolas e ao homem do campo. Não bastava apenas ensinar as técnicas ou tecnologias agrárias. O importante era compreender o trabalhador no seu contexto, aprender com suas vivências e inserir um olhar humanizador nessa educação.

Percebe-se que essa preocupação com um ensino que formasse para o mundo do trabalho, mas também para as necessidades da educação do trabalhar rural dentro do seu contexto fez da UFRPE

uma referência no ensino agrícola em todo Brasil e isso permanece até os dias atuais.

Para além disso, a história da UFRPE evidenciou esse momento de abertura para inserção de outros campos do saber além da Agronomia e Medicina Veterinária. O desenvolvimento da UFRPE enquanto instituição de ensino superior foi realizado sem negar sua ruralidade, mas apontando para um futuro de diálogo com outros campos do saber que se constituem hoje em grande número na instituição. Atualmente, a UFRPE conta com a sua sede no Campus de Dois irmãos e mais 3 Unidades Acadêmicas, as quais oferecem mais de 44 cursos de graduação das mais diversas áreas.

A criação das Licenciaturas em Ciências num período de reforma estrutural e expansão das Universidades no Brasil faz apontar para percepção de que a UFRPE precisava abrir seu diálogo com outros cursos, com outros campos do saber.

As Licenciaturas Plenas, criadas em 1988, foram um ato de protesto de professores e estudantes insatisfeitos com um sistema imposto pelo governo de uma ciência integrada que não atendia aos anseios da comunidade acadêmica e nem da sociedade. Isso demonstra a força da Educação em reivindicar seus direitos, professores e alunos tendo voz na mudança de um currículo que não satisfazia suas

necessidades. A UFRPE, ao longo da sua história, mostrou-se atuante na educação, fosse ela na formação do homem do campo ou no homem da cidade.

Referências

Almeida, A. V. (1998). *Prof. D. Bento Pickel: uma bibliografia*. Recife: [s. n.].

Andrade, J. A., Miranda, A. H. S., & Silva, L. V. (2015). 50 anos do Departamento de Educação da UFRPE: (re) construindo identidades, (des) construindo lembranças e esquecimentos. In Andrade, J. A., Miranda, H. S., Silva, L. V., & Araújo, M. F. (Orgs.). *Ded/UFRPE 50 anos: histórias e memórias* (pp. 11-44). Recife: EDUFRPE.

Araújo, M. L. F. (2015). Departamento de Educação: uma história de lutas e colheitas frutos. In: Andrade, J. A. de, Miranda, H. S., Silva, L. V. & Araújo, M. F. (Org.). *Ded/UFRPE 50 anos: histórias e memórias* (pp. 11-17). Recife: EDUFRPE.

Bôas, R. L. V. (2013). MST conta Boal do diálogo das Ligas Camponesas com o Teatro de Arena à parceria do Centro do Oprimido com o MST. *Rev. Inst. Bras.*, 57, 277-298.

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i57p277-298>

Coelho, G. (2002). Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular. In: Rosas, P. (Org.). *Paulo Freire: educação e transformação social* (pp. 31-114). Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Soares, M. do C. F., & Hazin, F. H. V. (Org.). (2010). *A Engenharia de Pesca no Brasil: trajetória de 40 anos*. Recife: Edição dos Organizadores.

Gaspar, L. (2009). *Miguel Arraes de Alencar: pesquisa escolar online*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Recuperado de:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>

Gondim, Z. V. L. (2017). Entrevista concedida a Vania Ferreira. Recife, 16 fev. 2017.

Hamburger, A. I. (1980). Resumo das discussões do "Encontro - Licenciatura em Física" patrocinado pela SBF, realizado em Fortaleza, 18 de julho de 1979 na 31ª Reunião Anual da SBPC. *Revista Brasileira do Ensino de Física*, 2(3), 83-85. Recuperado de: <http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/vol02a31.pdf>

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

Leão, R. S. C. (Org.). (2013). *O livro dos 100 anos: memorial fotográfico da UFRPE*. Recife: UFRPE.

Lima, J. R. T. (2015). Expansão e melhoria da educação profissional: reflexão e propostas. In Andrade, J. A., Miranda, H. S., Silva, L. V., & Araújo, M. F. (Orgs.). *Ded/UFRPE 50 anos: histórias e memórias* (pp. 45-73). Recife: EDUFRPE.

Maciel, G. A. (2012). *A medicina veterinária no tempo dos beneditinos: notas para sua história*. Recife: EDUFRPE.

Martins, C., & Leitão, M. R. F. A. (Orgs.). (2009). *Prédio da Reitoria da UFRPE: resgate histórico 1935-2009*. Recife: EDUFRPE.

Medeiros, A. J. G. (2018). Entrevista concedida a Vania Ferreira. Recife, 03 jul. 2018.

Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Ciência & Saúde Coletiva, 17(3), 621-626.
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

Moraes, M. A. (2014). A formação de licenciados em Ciências Agrícolas/Agrárias o conhecimento e suas conexões. *Educação*, 39(3), 641-652.
<https://doi.org/10.5902/1984644413683>

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.

Portaria n.432, de 19 de julho de 1971. Normas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II. Recuperado de:
http://siaue.unet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/port432_71.htm

Silva, D. S. (2010). O centro acadêmico das Faculdades de São Bento de Olinda: 1918-1936. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma*, 7, 256-271.

Souza, C. L. O., Lopes, A. S., Pereira, M. G. R., & Oliveira, L. M. T. (2010). Licenciatura em Ciências Agrícolas: “Meia idade” de formação sócio-profissional de docentes para o ensino agrícola na UFRJ. *Revista Brasileira de Educação Agrícola Superior*, 25(2), 84-86. Recuperado de:
http://www.abeas.com.br/wt/files/9_2010_2.pdf

Souza, C. P. (1998). Fragmentos de histórias de vida e de formação de professores: rupturas e acomodações. In Souza, C. P. (Org.). *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras.

Tavares, C. A. (1971). *A formação profissional do técnico agrícola*. Recife.

Tavares, C. A. (2015). *Projeto Vozes da UFRPE: professor Carlos Alberto Tavares. Parte 2*. Entrevista concedida a Conceição Martins. Recife, 09 set. 2015.

Tavares, C. A. (2017). Entrevista concedida a Vania Ferreira. Recife, 16 fev. 2017.

Terribili Filho, A., & Nery, A. C. B. (2009). Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 25(1), 61-81. Recuperado de:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19327/11227>

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. (2006). Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Recife.

ⁱ As ligas camponesas foram associações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1945. Que tinha como objetivo a reforma agrária e melhores condições de vida para o trabalhador do campo e sua família. Foi enfim, um dos movimentos sociais mais importantes em prol da reforma agrária, e que inspirou educadores e artistas em Pernambuco. Também Boal, além de Paulo Freire, teve no trabalho com os camponeses uma de suas principais fontes de inspiração e colaboração para as formulações de suas poéticas do Oprimido, a da Pedagogia do Oprimido (Freire), escrito no Chile em 1968 e publicado no Brasil em 1974, e a do Teatro do Oprimido (Boal), escrito entre 1962 e 1973, e publicado em 1974 (Bôas, 2013, p. 287).

ⁱⁱ Miguel Arraes de Alencar nasceu em Araripe, no Ceará. Formado em direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1937, tornou-se anos depois um dos grandes ícones da política no Estado de Pernambuco e no Brasil. Foi prefeito do Recife nos anos de 1960 a 1962 e governador do Estado no ano de 1962, foi deposto do cargo em 1964 pelo golpe militar. (Gaspar, 2009). Foi um expoente das lutas em favor ao homem do campo, apoiou o Movimento de Cultura Popular nascido em Recife e das ligas camponesas.

ⁱⁱⁱ O Professor Adierison Erasmo de Azevedo em seu segundo ano de mandato, no segundo semestre de 1970, propôs ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFRPE a criação de onze novos cursos para início a partir de 1971; contudo, apenas cinco deles foram criados por meio da Resolução nº 12-A, de 13 de

julho de 1970: Engenharia de Pesca, Zootecnia, Biologia (Bacharelado), Ciências Domésticas (Bacharelado) e Ciências Agrícolas (Licenciatura).
Fonte: SOARES, Maria do Carmo Figueredo. Os 43 anos do Curso de Engenharia de Pesca no contexto dos 100 anos da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Anais... XVIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca*, 20-24 out. 2013, Paulo Afonso, BA.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 07/01/2019
Aprovado em: 10/03/2019
Publicado em: 29/07/2020

Received on January 07th, 2019
Accepted on March 10th, 2019
Published on July, 29th, 2020

Contribuições no artigo: As autoras foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Vânia Ferreira da Silva



<http://orcid.org/0000-0002-4986-6994>

Maria do Rocio Fontoura Teixeira



<http://orcid.org/0000-0002-9888-7185>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, V. F., & Teixeira, M. R. F. (2020). Das ruralidades ao ensino de ciências: Memórias sobre a Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e6369. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6369>

ABNT

SILVA, V. F.; TEIXEIRA, M. R. F. Das ruralidades ao ensino de ciências: Memórias sobre a Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e6369, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6369>